

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.656 - ES (2019/0034840-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **CHEIM TRANSPORTES SA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **RAFAEL MERLO MARCONI DE MACEDO - ES010096**
TENÓRIO MIGUEL MERLO FILHO - ES014775
FILIPE LACERDA DE MOURA SILVA - ES011028
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL ESPECIALIZADA**
EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA DE
VITÓRIA - ES
SUSCITADO : **JUÍZO DA 2ª VARA DO TRABALHO DE ALAGOINHAS - BA**
INTERES. : **PAULO SERGIO DOS SANTOS**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. SOCIEDADE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO, POR OUTRO JUÍZO, DE BENS INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DA RECUPERANDA. SUSTAÇÃO QUE SE IMPÕE. LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Cheim Transportes S/A - Em Recuperação Judicial suscita o presente conflito positivo de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES e o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA.

Alega a suscitante que ingressou com pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2014 (Processo n. 0006054-23.2014.8.08.0024), cujo processamento foi deferido, em 9/4/2014, pelo Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES, diante da presença dos pressupostos e condições previstas na Lei n. 11.101/2005.

Acrescenta que, por sentença datada de 21/1/2015, foi homologado o plano de recuperação, bem como que, em 26/7/2017, foi publicada decisão que deu por encerrado o período de supervisão judicial. Salienta que opôs embargos de declaração à sentença de encerramento da recuperação, os quais foram rejeitados, tendo, então, ingressado com apelação, cujo julgamento ainda não aconteceu.

Afirma que figura como ré em várias reclamações trabalhistas, em andamento nas 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Alagoinhas/BA, e que todas elas remetem a créditos trabalhistas anteriores à recuperação, que eram ilíquidos quando do pedido de

recuperação.

No caso, afirma que "o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas – BA, em recente decisão proferida nos autos da Reclamação trabalhista nº 0000202-10.2012.5.05.0222, determinou a continuidade de medidas constritivas em desfavor da Requerente, tais quais penhora de bens, bem como inclusão no banco nacional de devedores trabalhistas (BNDT), ignorando completamente os requerimentos da Empresa quanto a necessidade de habilitação dos créditos para pagamento na forma do plano de recuperação judicial e na forma do artigo 9º, inciso II, da Lei 11.101/2005" (e-STJ, fls. 11-12).

Assevera que todos os créditos habilitados foram quitados ou estão em fase de regular pagamento, não sendo sequer razoável a manutenção de decisões trabalhistas de bloqueios de valores e bens, pois, como dito, não há, até o presente momento, nenhuma obrigação descumprida no plano de recuperação judicial, a exemplo da recente certidão (24/09/2018) expedida pela própria Vara de Recuperação Judicial e Falência de Vitória que certifica ausência de pedido de falência (e-STJ, fl. 12).

Nessa linha, argumenta que, "em decorrência do não cumprimento da obrigação trabalhista na forma determinada pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas, uma vez que o crédito pretendido deve ser regularmente habilitado no processo de recuperação judicial, o Juízo entendeu, EQUIVOCADAMENTE, que a empresa não vem honrando com as obrigações, o que não é a realidade, pois todas as obrigações trabalhistas habilitadas já foram cumpridas ou estão em fase de regular cumprimento, razão pela qual não há a mínima legalidade na decisão que deferiu medidas coercitivas em desfavor das empresa, de crédito notoriamente anterior a recuperação judicial que não foi regularmente habilitado" (e-STJ, fls. 13-14).

Pede, liminarmente, a imediata "suspensão das decisões coercitivas provenientes da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA, nos autos da Reclamação Trabalhista nº 0000202-10.2012.5.05.0222, com o precípuo objetivo de dar prosseguimento na execução na esfera trabalhista, devendo ser mantida, portanto, a competência do Juízo da Recuperação Judicial para deliberar sobre o patrimônio da empresa em Recuperação Judicial e da quitação de suas dívidas, determinando-se que os

valores eventualmente bloqueados sejam devidamente devolvidos a empresa, bem como determinar a suspensão de toda e qualquer inscrição e BNDT ou qualquer outro banco de dados de devedores, bem como compelir o juízo trabalhista da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas que se abstenha de expedir alvará de liberação de qualquer quantia ao(s) reclamante(s), suspendendo eventual alvará já expedido, e determinando-se sua imediata devolução no processo, além de determinar a suspensão de eventual restrição em veículos da empresa" (e-STJ, fl. 22).

No mérito, requer, com "fundamento no art. 955, parágrafo único, do CPC/15, que seja decidido de plano o presente conflito, com a sua impositiva procedência, fixando-se a competência do E. Juízo recuperacional para julgar e processar créditos concursais, suspendendo-se, assim, as execuções iniciadas contra referida empresa CHEIM TRANSPORTES S/A pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA, determinando a habilitação do crédito a ser apurado com a manifestação das partes envolvidas" (e-STJ, fls. 22-23).

Brevemente relatado, decido.

Dado o contexto em que suscitado o presente conflito, é de se ter em conta, preliminarmente, a orientação jurisprudencial desta Corte segundo a qual, "enquanto não transitada em julgado a sentença de encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio afetado ao plano de soerguimento empresarial" [EDcl no AgInt no CC n. 152.900/SP, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador Convocado do TRF 5ª Região), DJe 15/8/2018].

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA DE ENCERRAMENTO NÃO TRANSITADA EM JULGADO. APELAÇÃO RECEBIDA NO DUPLO EFEITO. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM OUTRO JUÍZO. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO EM DESFAVOR DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 2. RECURSO IMPROVIDO.

1. Comprovada a interposição de recurso de apelação contra a sentença de encerramento da recuperação judicial, o qual foi recebido no duplo efeito, de rigor a incidência da compreensão desta Corte no sentido de que, não transitada em julgado a sentença de

encerramento da recuperação judicial, permanece a competência do referido juízo para deliberar acerca do patrimônio da empresa recuperanda.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.554.555/DF, de minha relatoria, DJe 11/11/2016)

O quadro delineado pela suscitante justifica, ao menos neste exame perfunctório, o deferimento parcial da medida urgente pleiteada, estando atendidos os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, caracterizado este pela determinação de prosseguimento da execução emanada do Juízo Trabalhista.

Essa iniciativa, à primeira vista, destoa do entendimento que atualmente predomina nesta Corte, qual seja, o de que "o crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária" [CC n. 139.332/RS, Relator o Ministro Lázaro Guimarães (Desembargador convocado do TRF 5ª Região), DJe 30/4/2018].

Presentes essas razões, **defiro a liminar** a fim de determinar a imediata suspensão dos atos executórios promovidos pelo Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Alagoinhas/BA nos autos do Processo n. 0000202-10.2012.5.05.0222, ficando designado o Juízo de Direito da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial de Recuperação Judicial e Falência de Vitória/ES para dirimir, em caráter provisório, as demais questões urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, comunicando-lhes o teor desta decisão e solicitando-lhes que prestem as necessárias informações no prazo de 10 (dez) dias.

Após a juntada das informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator